

**RELATÓRIO FINAL DE
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2015**

**CURVELO/MG
2018**

**RELATÓRIO FINAL DE
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2015**

Presidente

Dom Darci José Nicioli

Diretor

Prof. Lindomar Rocha Mota

Vice-Diretor

Prof. Renato Diniz Magalhães Filho

Assessoria Jurídica

Diones Souza Machado

Secretário Geral

Éder Fernandes da Cruz

Secretária da Direção

Juciele Ottone Malaquias Martins

Secretária das Coordenações

Fernanda Maria Ribeiro

Presidente da Comissão Permanente de Avaliação

Prof^a. Leana Mello

Coordenadora do Curso de Administração e Ciências Contábeis

Prof. Delmar Pereira de Oliveira

Coordenador do Curso de Direito

Prof^a. Gleice Leila Barral

Coordenador de Extensão

Prof^a. Leana Mello

Coordenador de Pesquisa

Prof^a. Mariana Aparecida Adalberto de Carvalho

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
1.1	Estrutura do Relatório	5
1.2	Objetivos do Relatório – Versão Integral	6
1.2.1	<i>Objetivo Geral</i>	6
1.2.2	<i>Objetivos Específicos</i>	6
1.3	Histórico da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo	7
1.4	Composição da CPA	9
1.5	O Planejamento Estratégico da Autoavaliação	10
2	METODOLOGIA	12
2.1	Relatório de Autoavaliação Institucional – Primeira Versão	12
2.2	Relatório de Autoavaliação Institucional – Segunda Versão	14
2.3	Relatório de Autoavaliação Institucional – Versão Integral	14
3	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	15
3.1	Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional	15
3.1.1	<i>Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação</i>	16
3.2	Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	16
3.2.1	<i>Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional</i>	16
3.2.2	<i>Dimensão 3 - A Responsabilidade Social da Instituição</i>	19
3.3	Eixo 3 - Políticas Acadêmicas	19
3.3.1	<i>Dimensão 2 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão</i>	20
3.3.1.1	<i>Processo de Avaliação: Docente e Institucional</i>	23
3.3.2	<i>Dimensão 4 - A Comunicação com a Sociedade</i>	24
3.3.3	<i>Dimensão 9 - Políticas de Atendimento aos Estudantes e Egressos</i>	25
3.4	Eixo 4 – Políticas de Gestão	26
3.4.1	<i>Dimensão 5 - Políticas de Pessoal</i>	26
3.4.2	<i>Dimensão 6 - Organização e Gestão da Instituição</i>	27
3.4.3	<i>Dimensão 10 - Sustentabilidade Financeira</i>	28
3.5	Eixo 5 – Infraestrutura Física	28
4	ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES	29
4.1	Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	29

4.1.1	<i>Análise da Dimensão 8</i>	29
4.2	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	29
4.2.1	<i>Análise da Dimensão 1</i>	29
4.2.2	<i>Análise da Dimensão 3</i>	30
4.3	Eixo 3: Políticas Acadêmicas	30
4.3.1	<i>Análise da Dimensão 2</i>	30
4.3.2	<i>Análise da Dimensão 4</i>	31
4.3.3	<i>Análise da Dimensão 9</i>	31
4.4	Eixo 4: Políticas de Gestão	31
4.4.1	<i>Análise da Dimensão 5</i>	31
4.4.2	<i>Análise da Dimensão 6</i>	32
4.4.3	<i>Análise da Dimensão 10</i>	32
4.5	Eixo 5: Infraestrutura Física	32
4.5.1	<i>Análise da Dimensão 7</i>	32
5	AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE	33
	REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Senge (1990) o processo de aprendizagem organizacional desenvolve-se a partir da busca do autoconhecimento. Através do autoconhecimento, as organizações têm condições de identificarem suas fragilidades e potencialidades objetivando seu crescimento. Para as Instituições de Ensino Superior, esse processo se reveste de grande relevância, uma vez que, uma educação de qualidade, conforme Relatório da UNESCO, alicerça-se sobre os quatro pilares do conhecimento: Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a viver juntos e Aprender a ser.

A construção do autoconhecimento possibilita às Instituições de Ensino as bases para o desenvolvimento de ações estratégicas visando à formação de um profissional pleno, consciente de suas responsabilidades como cidadão.

A Faculdade Arquidiocesana de Curvelo demonstra através de sua missão seu compromisso com a formação de cidadãos capazes de transformar a realidade onde estão inseridos. De acordo com Paulo Freire “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas mudam o mundo”.

Através da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que tem por objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Educação Superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

O § 1º do Artigo 1º da Lei n.º 10.861/2004 estabelece que:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A Lei ainda prevê em seu artigo 3º, inciso VIII que dentre os objetivos da avaliação das instituições, obrigatoriamente deve constar “planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional”.

A avaliação institucional na Faculdade Arquidiocesana de Curvelo – FAC é realizada de modo contínuo, seguindo o disposto pelo SINAES, transformando esse

processo em um importante instrumento no auxílio da tomada de decisão para a Direção da Instituição.

A autoavaliação realizada pela FAC encontra-se em consonância com seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Nesse sentido, esse relatório foi elaborado cumprindo as determinações da Lei do SINAES e da Nota Técnica n.º 065, de 09 de outubro de 2014 que estabelece as diretrizes a serem seguidas para a construção do Relatório de Autoavaliação Institucional.

Segundo a Nota Técnica n.º 065, a partir do ano de 2015 o Relatório de Autoavaliação Institucional, submetido anualmente através do sistema e-MEC, passou a ser constituído por três versões, sendo: duas versões parciais, cujas entregas foram realizadas em março/2016 e março/2017 e a versão integral, objeto desse relatório.

Portanto, essa versão integral do Relatório de Autoavaliação Institucional ano de referência 2015, contempla as informações e ações desenvolvidas pela CPA, bem como busca discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores. Busca ainda apresentar uma análise global em relação ao PDI da FAC e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Ao final desse relatório é apresentado um plano de ação para cada dimensão trabalhada visando melhorias no processo de ensino-aprendizagem da Instituição.

Cumprir destacar que o trabalho desta Comissão Permanente de Avaliação que atua, durante todo o ano, junto com todos os setores da faculdade, traz uma contribuição significativa para o planejamento de ações a serem desenvolvidas nos anos seguintes. Todos os dados e informações coletadas de acordo com cada eixo/dimensão estão em consonância com o disposto no PDI e com a identidade organizacional da Instituição.

1.1 Estrutura do Relatório

O Relatório de Autoavaliação Institucional Versão Integral – ano 2015 é composto por cinco capítulos.

O primeiro capítulo apresenta os objetivos do relatório, o histórico da FAC, a Composição da Comissão Própria de Avaliação, bem como o Planejamento Estratégico da Autoavaliação Institucional.

O segundo capítulo discorre sobre a metodologia, onde são descritos os instrumentos utilizados pela Comissão no processo de coleta de dados e as técnicas utilizadas para a construção da análise dos dados.

O terceiro capítulo contempla os cinco eixos onde são trabalhadas as dez dimensões dispostas o art. 3º da Lei n.º 10.861/2004 que instituiu o SINAES.

No quarto capítulo foi realizada uma análise geral dos dados obtidos em cada uma das dimensões em seus respectivos eixos, conforme o primeiro e segundo relatórios parciais de Autoavaliação.

Por fim, o capítulo cinco apresenta um plano de ações de melhoria da FAC, refletindo o seu compromisso para com toda comunidade acadêmica e sociedade.

1.2 Objetivos do Relatório – Versão Integral

1.2.1 Objetivo Geral

- Apresentar o Relatório Integral de Autoavaliação Institucional, visando à melhoria contínua dos serviços de educação prestados à sociedade.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Consolidar o desenvolvimento de uma cultura de avaliação na IES como parte de um compromisso de melhoria contínua da instituição;
- Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- Subsidiar com informações o processo de revisão e atualização o planejamento institucional, norteando as práticas de gestão democrática;
- Consolidar o compromisso social e científico-cultural da IES; reavaliando objetivos, modos de atuação e resultados a fim de alinhar a Instituição ao momento histórico e ao ambiente externo;
- Rever e avaliar ações e metas contidas no PDI;
- Consolidar um processo de autocrítica da Instituição objetivando a garantia da qualidade de sua ação em sintonia com os seus próprios objetivos, e a prestação de contas à sociedade com as demandas da sociedade e do mercado em que está inserida.

- Instrumentalizar a IES com informações possibilitando as adequações necessárias ao Projeto Pedagógico da Instituição.

1.3 Histórico da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo

A Faculdade Arquidiocesana de Curvelo tem sua origem no Colégio Padre Curvelo, fundado em 1927 inicialmente com o nome de Lyceu Mineiro, pelo Sr. Érico de Bacelar e Souza, projetando-se na história da educação da cidade e região. Foi administrado, durante muito tempo, por padres holandeses da congregação do Verbo Divino.

Em 1943, passou a chamar-se Ginásio Padre Curvelo, nesta década foi criada a escola técnica de comércio Padre Curvelo, com funcionamento noturno.

Em 1960, já sob a direção da Mitra Arquidiocesana de Diamantina, mas tendo como mantenedora a sociedade Lyceu Mineiro Ltda., ocorreu a consolidação dos cursos existentes, inclusive o curso Técnico em Administração, sob a denominação de Colégio Padre Curvelo.

Sob a direção de Padre Paulo Vicente de Oliveira, ocorreu a reforma do prédio e sua montagem para que se criasse a Faculdade de Administração de Curvelo.

O Cônego Garcia concluiu os trabalhos de implantação da Faculdade de Administração de Curvelo, que começou a funcionar em 1991.

O Colégio Padre Curvelo teve como alunos homens e mulheres que se destacaram em todas as profissões, e na área contábil, supriu o mercado com profissionais de alta competência.

Em 1999, as atividades do Colégio Padre Curvelo e da Faculdade se separam definitivamente, sendo o primeiro transferido, a partir de 1º de janeiro de 2000, gerido à Cooperativa de Professores de Curvelo Ltda. e a segunda continuou gerida pela Mitra Arquidiocesana de Curvelo, dedicando-se exclusivamente ao ensino superior.

A Faculdade Arquidiocesana de Curvelo é uma instituição de ensino superior confessionalmente católica, sediada na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais, à Rua João Pessoa, 88. Foi fundada em 23 de janeiro de 1990, após ato de autorização do Presidente da República Federativa do Brasil, Exmo. Sr. José Sarney, através do Decreto-Federal nº 98.866 de 23 de janeiro de 1990. Iniciou suas

atividades em 08 de janeiro de 1991, através do Curso de Bacharelado em Administração, com aulas a partir de 14 de fevereiro de 1991, com 50 vagas anuais.

A Faculdade é mantida pela MITRA ARQUIDIOCESANA DE DIAMANTINA, entidade de personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei Imperial nº 693, de 10 de agosto de 1853, pessoa canonicamente moral, de acordo com Bula Papal “GRAVISSIMUM SOLLICITUDINIS” do papa Pio IX, de 06 de junho de 1854, executada por “Beneplácito Imperial” de 18 de agosto de 1854, com sede e foro na Rua do Contrato, 104, na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O reconhecimento do Curso de Bacharelado em Administração foi realizado pela Portaria nº 1.018, de 02/10/1996, publicada no D.O.U. de 04/10/1996. Obteve a Renovação do Reconhecimento através das Portarias nº 69, de 17/01/2000, publicada no D.O.U. de 20/01/2000, n.º 315, de 02/08/2011, publicada no D.O.U. de 04/08/2011 e n.º 713, de 18/12/2013, publicada no D.O.U. de 19/12/2013.

Em 1999, tendo em vista os conceitos obtidos no Exame Nacional de Cursos, e com fulcro no Art. 4º e seu Parágrafo Único da Portaria nº 2175, de 27/11/1997, foi aumentado o número de vagas anuais para 100, em duas turmas.

O Curso de Bacharelado em Administração, em 1999, foi relacionado pelo MEC dentre os 40 melhores cursos de Administração do País para a obtenção de renovação automática do Reconhecimento, aprovado pelo Parecer nº 784/99 do CNE e efetivado pela Portaria nº 69, de 17/01/2000.

Em 25 de Outubro de 2000, a Faculdade foi agraciada pelo Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, durante o VI Congresso Pan-Americano de Administração, com a “COMENDA MÉRITO EM ADMINISTRAÇÃO”, categoria “MÉRITO ACADÊMICO”.

No dia 1º de agosto de 2003, a Faculdade foi agraciada pela Câmara Municipal de Curvelo, com a “COMENDA DA ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO MUNICIPAL”.

No ano de 2011, a Instituição realizou um dos seus mais almejados objetivos, foi aprovado o Curso de Bacharelado em Direito, conforme Portaria n.º 56, de 01/06/2011, sendo publicada no Diário Oficial da União em 02/06/2011. O Curso de Bacharelado em Direito atende uma grande demanda regional e irá proporcionar à instituição a valorização de sua marca perante a comunidade.

Em 31 de maio de 2012, após o decreto do MEC publicado através da Portaria n.º 55, a Faculdade teve sua denominação alterada definitivamente para Faculdade Arquidiocesana de Curvelo (FAC).

Em 23 de outubro de 2013 a Instituição realizou mais um dos seus objetivos, foi aprovado o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, conforme Portaria n.º 537, de 23/10/2013, sendo publicada no Diário Oficial da União em 25/10/2013. O Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis vem ao encontro de uma grande demanda regional por profissionais graduados. No 1º Semestre de 2014 foi realizado o primeiro Vestibular.

Em 15 de fevereiro de 2016 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 26, de 11 de fevereiro de 2016 da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) que reconheceu o Curso de Direito da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo.

No dia 28 de agosto de 2017 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria n.º 939, de 24 de agosto de 2017 da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) que reconheceu o Curso de Ciências Contábeis da FAC.

1.4 Composição da CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da FAC é composta por 06 (seis) membros, sendo: 02 (dois) representantes do Corpo Docente; 02 (dois) representantes do Corpo Discente; 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo e 01 (um) representante da Sociedade Civil. Os membros da Comissão foram nomeados através do Ato de Nomeação n.º 05/2018, sendo assim constituída:

Representantes do Corpo Docente:

- Professora Leana Mello - Presidente
- Professora Mariana Aparecida Adalberto de Carvalho

Representante do Corpo Discente:

- Acadêmico Marcos Vinícius Caetano Lopes
- Acadêmica Nathália de Castro Ramos

Representante da Sociedade Civil:

- Sr. João Batista Freire

Representante do Corpo Técnico-Administrativo:

- Fernanda Maria Ribeiro

1.5 O Planejamento Estratégico da Autoavaliação

O processo de Autoavaliação Institucional configura-se como um procedimento autocrítico, possibilitando identificar a eficiência dos cursos e verificar se estão correspondendo às expectativas da comunidade acadêmica e do mercado para a formação do profissional em Administração, Ciências Contábeis e Direito.

Trata-se de um processo extremamente complexo, pois conduz a uma reflexão crítica sobre as atividades e ações desenvolvidas. Através da Autoavaliação Institucional é possível detectar os avanços, as fragilidades, os desafios e propor melhorias para a construção de um ensino de qualidade coerente com as novas demandas do mercado.

Para o processo de autoavaliação 2015, a FAC buscou manter o mesmo padrão dos relatórios anteriores ao utilizar 'formulários' como instrumento de avaliação do corpo docente e discente bem como seguiu as instruções da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014 em que orienta conter no relatório da CPA cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise de dados e das informações e ações previstas com base nessa análise.

Nesse contexto, o trabalho da Comissão Própria de Avaliação que atua em conjunto com todos os setores da faculdade, traz uma contribuição decisiva para o planejamento das ações a serem desenvolvidas nos anos seguintes conforme disposto no PDI.

Ressalta-se que tanto para a elaboração do primeiro relatório – entregue em março/2016, quanto para a construção do segundo relatório – entregue em março/2017, a Comissão Própria de Avaliação contou com o suporte das Coordenações dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito, além da Coordenação de Extensão, Pesquisa, Ouvidoria, Apoio Psicopedagógico, Recursos

Humanos, Secretarias da FAC e Diretório Acadêmico que disponibilizaram os dados e informações aqui descritos.

Percebe-se que o processo avaliativo que a CPA propõe, permite a expansão do diálogo entre os atores próprios da Instituição e seus *stakeholders*, produzindo subsídios para o aprimoramento do ensino, para a melhoria qualitativa e quantitativa da pesquisa e da extensão, possibilitando assim uma maior racionalidade e flexibilidade nos processos de gestão. Dessa forma, é possível promover cada vez mais o alinhamento da Instituição às necessidades e demandas da prática acadêmica.

Portanto, a Versão Integral do Relatório de Autoavaliação Institucional – Ano 2015, reflete o compromisso da Faculdade com o autoconhecimento e sua busca constante pela excelência da qualidade de todos os serviços oferecidos, confirmando a sua responsabilidade em relação à oferta de Educação Superior.

2 METODOLOGIA

Esse capítulo apresenta os métodos utilizados pela Comissão Própria de Avaliação para construção do Relatório de Autoavaliação Institucional – Versão Integral – Ano 2015. Para tanto, são apresentadas as estratégias de coleta de dados da primeira e segunda versão do Relatório de Autoavaliação Institucional. Em seguida, apresenta-se a estratégia metodológica utilizada nessa versão integral.

2.1 Relatório de Autoavaliação Institucional – Primeira Versão

A Primeira Versão do Relatório de Autoavaliação Institucional apresentou uma discussão dos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art.º da Lei n.º 10.861/2004. No processo de coleta dos dados, foram elaborados dois questionários, sendo um destinado aos discentes e o outro destinado aos docentes.

Junto ao questionário havia uma carta de apresentação, informando aos respondentes a importância da Autoavaliação para a Instituição, como instrumento orientador do processo de tomada de decisões, para diante de situações concretas, assumir novos contornos, adotar atitudes mais oportunas e diretamente vinculadas às situações identificadas. Constava ainda na carta de apresentação a possibilidade de ouvir os docentes e discentes por meio das observações adicionais, que poderiam ser realizadas pelos mesmos, referente exclusivamente ao processo ensino-aprendizado. Foi garantido a todos os respondentes o anonimato.

Os questionários aplicados ao Corpo Docente e Discente foram constituídos por questões fechadas, sendo utilizada a escala de *Likert*, sendo atribuídas notas de 1 a 5, sendo:

- 1 – Péssimo
- 2 – Ruim
- 3 – Regular
- 4 – Bom
- 5 – Ótimo

No ano de 2015, 171 (cento e setenta e um) acadêmicos dos Cursos de Bacharelado em Administração e Ciências Contábeis responderam ao questionário de forma voluntária. Dessa forma, foram aplicados:

- 32 (trinta e dois) questionários no Módulo I
- 14 (quatorze) questionários no 3º Período
- 30 (trinta) questionários no 4º Período
- 15 (quinze) questionários no 5º Período
- 29 (vinte e nove) questionários no 6º Período
- 24 (vinte e quatro) questionários no 7º Período
- 27(vinte e sete) questionários no 8º Período

No Curso de Bacharelado em Direito, 304 (trezentos e quatro) alunos responderam ao questionário de forma voluntária, sendo:

- 43 (quarenta e três) questionários no 1º Período
- 42 (quarenta e dois) questionários no 2º Período
- 32 (trinta e dois) questionários no 3º Período
- 47 (quarenta e sete) questionários no 4º Período
- 21 (vinte e um) questionários no 5º Período
- 32 (trinta e dois) questionários no 6º Período
- 21(vinte e um) questionários no 7º Período
- 29 (vinte e nove) questionários no 8º Período
- 18 (dezoito) questionários no 9º Período turma 01
- 19 (dezenove) questionários no 9º Período turma 02

Quanto ao Corpo Docente, 24 (vinte e quatro) professores dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito, responderam ao questionário de forma voluntária.

Para o desenvolvimento desse processo de autoavaliação, essa CPA utilizou ainda como instrumentos de coleta de dados: a análise documental e a observação participante. Dessa forma, esse processo pode ser caracterizado como quantitativo e qualitativo.

Os dados coletados através dos questionários foram trabalhados no Microsoft Excel, sendo os resultados apresentados através do uso de gráficos e tabelas. Os demais dados, coletados via documentos e observação participante, foram

trabalhados através da elaboração de uma análise das situações dentro de cada dimensão abordada pelo Relatório.

2.2 Relatório de Autoavaliação Institucional – Segunda Versão

A Segunda Versão do Relatório de Autoavaliação Institucional trabalhou de forma específica o Eixo 3 – Políticas Acadêmicas, através da análise de alguns aspectos da Dimensão 2 – Políticas para o Ensino, Pesquisa e a Extensão e da Dimensão 9 – Política de Atendimento aos Discentes. Para tanto, essa Comissão realizou entrevistas com a Coordenação dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito, com os membros do Diretório Acadêmico, com a Direção da Instituição e com o responsável pelo Apoio Psicopedagógico. Também foi realizada pesquisa documental, através da análise do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

2.3 Relatório de Autoavaliação Institucional – Versão Integral

Para a construção da Versão Integral do Relatório de Autoavaliação Institucional foi realizada uma pesquisa documental onde foram analisadas a primeira e segunda versão do Relatório de Autoavaliação Institucional. Essa análise caracterizada como qualitativa, buscou identificar os avanços e fragilidades da Instituição de acordo com o estabelecido no PDI, bem como, para a construção de uma prática de ensino-aprendizagem coerente com as demandas atuais.

A CPA tem plena convicção de que o processo de autoavaliação é construído e aperfeiçoado ao longo do tempo, devendo assim, se alicerçar em ações democráticas e transparentes, de cunho pedagógico e formativo, objetivando o desenvolvimento de uma cultura de avaliação institucional que integrará o cotidiano dos processos acadêmicos e administrativos.

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Esse capítulo apresenta os resultados da autoavaliação institucional conforme demonstrado no primeiro e segundo relatórios parciais do ano de 2015. Os resultados desse processo de autoavaliação estão organizados em cinco eixos, conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065 de 09/10/2014. Esses eixos contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 que institui o SINAES, conforme descrito:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas
Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- Eixo 4: Políticas de Gestão
Dimensão 5: Políticas de Pessoal
Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

- Eixo 5: Infraestrutura Física
Dimensão 7: Infraestrutura Física

3.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

Nesse eixo é trabalhada a **Dimensão 8** - Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

3.1.1 Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação

O aperfeiçoamento das ações da Faculdade somente é alcançado através de um planejamento eficaz e do processo de autoavaliação constante. Ouvir a todos os seus *stakeholders* é uma necessidade para a construção de uma prática de ensino-aprendizagem coerente com as demandas desse novo século.

A Comissão Própria de Avaliação da FAC está regulamentada pela Portaria n.º 2 de 08 de junho de 2004, tendo apresentado relatórios finais relativos aos anos 2005, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

O primeiro relatório parcial do ano de 2015 destacou a relevância do processo de autoavaliação institucional, uma vez que fornece à Direção as informações necessárias para a tomada de decisão. O segundo relatório parcial não tratou desta dimensão, uma vez que já havia sido abordada no primeiro relatório parcial.

O ano de 2015 representou o terceiro ano de vigência do PDI – 2013 a 2017. Assim, analisando o Plano de Desenvolvimento Institucional – vigência 2013 a 2017 - percebe-se que o Curso de Tecnólogo com previsão para início no ano de 2015 não foi ofertado. Uma das razões para isso foi o cenário econômico que o país enfrenta, impedindo o crescimento das organizações.

3.2 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Nesse eixo são trabalhadas as Dimensões 1 e 3. A **Dimensão 1** aborda a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional. Na **Dimensão 3** é trabalhada a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. O Eixo 2 foi integralmente desenvolvido no primeiro relatório parcial do ano de 2015.

3.2.1 Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

No primeiro relatório parcial do ano de 2015, na Dimensão 1, foi apresentada a missão, valores, propósitos fundamentais, os objetivos institucionais, pressupostos

pedagógicos do ensino, o processo de avaliação, o perfil profissiográfico do egresso, abrangência geográfica e o currículo.

Destaca-se que cada objetivo institucional foi analisado a partir do disposto no PDI – 2013 a 2017. Dessa forma, foi possível analisar os avanços e pontos a serem melhorados para o cumprimento daquilo que foi anteriormente planejado. Como avanços destacam-se:

- A criação de uma secretaria para vistoria, controle e fomento de estágios;
- O aperfeiçoamento do sistema integrado de controle acadêmico WEB Giz.
- Apoio financeiro para o desenvolvimento de pesquisas;
- Avanço das práticas extensionistas;
- Desenvolvimento de diversas ações de inclusão social e parcerias.

Como pontos a serem melhorados, bem como, metas a serem atingidas, destacam-se:

- Implantação do Curso de Tecnólogo;
- Necessidade de avançar no uso dos recursos eletrônicos e digitais;
- Necessidade de se criar uma oferta permanente de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

O filósofo moderno Kant através de uma reflexão sobre a educação e a pedagogia, aponta a educação como um processo de formação para a ética e conquista da autonomia, destacando como passos fundamentais para esse processo: cuidado, disciplina e autonomia.

Conforme apresentado no primeiro relatório parcial, a FAC compreende e alicerça o seu processo pedagógico neste tripé: cuidado, disciplina e autonomia. Por isso, busca aprimorar a sua linguagem de modo a considerar as variantes que possam fortalecer ou atrapalhar este processo de integração.

Nesse contexto, novas práticas pedagógicas são exigidas dos docentes, podendo ser destacada a nova estrutura curricular modular adotada pelos Cursos de Administração e Ciências Contábeis a partir do ano de 2015, o que exigiu de toda a Instituição um compromisso com a flexibilidade tão necessária nesses novos tempos.

Essa Comissão observa que o processo de avaliação na FAC assume um papel de destaque haja vista os diversos tipos de avaliações que são realizadas: Avaliação Institucional, Avaliação Docente, Acompanhamento do Rendimento dos Alunos e Relatório Anual das Atividades.

Toda a dinâmica de funcionamento da FAC, envolvendo todos os seus atores, está voltada para a construção de uma educação de qualidade e para isso busca oferecer princípios para a formação de um profissional coerente e consciente de sua postura e papel no mercado de trabalho, caracterizados no seguinte perfil:

- a) Aluno trabalhador;
- b) Aluno com capacidade lógica e semiótica de comunicação interpessoal e capacidade de interpretação da realidade em sua dimensão burocrática e documental;
- c) Práxis de raciocínio, a partir das operações do pensamento e de todas as lógicas dela decorrentes;
- d) Visão de interdisciplinaridade, numa perspectiva integrada, sistêmica estratégica;
- e) Desenvolvimento da capacidade do trabalho coletivo, da práxis da empatia e dos exercícios de equidade, a partir da consciência das motivações interpessoais e interesses institucionais.

A FAC tem consciência de sua responsabilidade social e regional na formação de novos profissionais, pode-se dizer que os Cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis e Direito abrangem mais de 24 cidades, encontrando-se matriculados na Faculdade, bem como já diplomados alunos das seguintes cidades do Estado de Minas Gerais: Augusto de Lima, Buenópolis, Caetanópolis, Corinto, Felixlândia, Inimutaba, Lassance, Morro da Garça, Paraopeba, Pirapora (180 km), Presidente Juscelino, Três Marias (150 km), Várzea da Palma (100 km), os quais diariamente, em ônibus fretados, participam das atividades escolares. Residem ou já residiram na cidade alunos oriundos de Bocaiúva, Cordisburgo, Diamantina, Joaquim Felício, Gouveia, Itamarandiba, Monjolos, Montes Claros, Santo Hipólito e Sete Lagoas.

Através desse compromisso com a sociedade e com uma educação de qualidade, a FAC possui uma preocupação e o compromisso de manter o currículo

de seus cursos atualizados a fim de satisfazer às necessidades apresentadas pelo mercado. Nesse sentido, a interdisciplinaridade tão necessária para a formação do aluno pode ser notada em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos oferecidos pela FAC.

O acompanhamento dos cursos de Graduação da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo é efetivado pelo NDE, no que tange a reformulação e reflexão sobre o PPC; pelo Colegiado, no que se refere à administração e implementação efetiva do disposto pelo NDE; pela CPA, com relação à orientação e avaliação constante dos pontos fortes e passíveis de melhoria do curso.

3.2.2 Dimensão 3 - A Responsabilidade Social da Instituição

Essa Dimensão também foi trabalhada no primeiro relatório parcial do ano 2015. Assim, foi possível detectar a preocupação da instituição no desenvolvimento de atividades e ações que propiciassem a inclusão social, a preparação para o mercado de trabalho, bem como a interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, promovendo assim uma educação extra-muros.

No ano de 2015, foram desenvolvidos grandes eventos de responsabilidade social abertos à comunidade em geral.

Também foi constatado que a FAC mantém a política de concessão anual de bolsas de estudos ao corpo discente, possibilitando uma sólida interação social com a comunidade, e contribuindo para a transformação social e econômica dos beneficiados pelo processo.

A FAC possui convênios com diversas empresas e instituições governamentais e privadas de Curvelo e região, proporcionando aos seus alunos a oportunidade e de realizarem estágios profissionais remunerados, possibilitando aos mesmos a confrontação do conhecimento teórico com a prática.

A Faculdade também está presente na comunidade através das expressões culturais que giram em torno das festividades religiosas da trezena de Santo Antônio, padroeiro do Município e da Faculdade, e da Oitava de São Geraldo, participando anualmente.

3.3 Eixo 3 - Políticas Acadêmicas

Nesse eixo são trabalhadas as Dimensões 2, 4 e 9. **A Dimensão 2** trata das Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão desenvolvidas pela Instituição. **A Dimensão 4** aborda os processos de Comunicação da Faculdade com a Sociedade e por fim a **Dimensão 9** trata da Política de Atendimento aos Discentes. Esse eixo foi trabalhado no primeiro e segundo relatórios parciais do ano de 2015.

3.3.1 Dimensão 2 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão.

No primeiro relatório parcial do ano de 2015, foi destacado que não há um período específico para a realização de revisões curriculares. No entanto essas revisões acontecem em função das Diretrizes Curriculares Nacionais e em adequação dos cursos ao contexto socioeconômico no qual a Faculdade está inserida, garantindo assim um ensino dinâmico e coerente com as demandas sociais.

Nesse contexto, destaca-se no ano de 2015 a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis que passaram a adotar uma Matriz Curricular Modular.

Para a construção de um processo de ensino autônomo, são assegurados ao professor, na verificação do rendimento escolar, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento, cabendo recurso de suas decisões para o Colegiado respectivo. No estágio curricular, os acadêmicos sujeitam-se à demonstração de rendimento, apurada segundo critérios estabelecidos no regulamento próprio aprovado pelo Colegiado.

O segundo relatório parcial do ano de 2015, destacou que a FAC utiliza outros métodos de avaliação e reflexão, em consonância com as designações públicas, tais como ENADE e relatórios produzidos por ocasião dos avaliadores do MEC, confirmando o compromisso da FAC para com a comunidade acadêmica e sociedade.

O ENADE é um dos procedimentos de avaliação do Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES), sendo um componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme determina a Lei n.º 10.861/2004. O ENADE é aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, conforme calendário do MEC. Conscientes de que o processo avaliativo pode ser fator de

tensão entre os alunos, os Colegiados dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito, desenvolveram o Simulado, uma avaliação nos mesmos moldes do ENADE. No Simulado os professores são orientados a seguir a metodologia desenvolvida pelo ENADE para a elaboração de suas questões, a fim de proporcionar aos discentes essa experiência de realização de uma avaliação nacional, rompendo as barreiras psicológicas que podem prejudicar esse processo.

Outras práticas desenvolvidas referem-se à preparação dos alunos de Ciências Contábeis para o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade e dos alunos do Curso de Direito para a Prova da Ordem dos Advogados do Brasil. Somente com a aprovação nesses exames que os alunos estarão aptos a atuarem como profissionais, razão pela qual a FAC preocupa-se em desenvolver essa preparação a fim de trabalhar as questões emocionais que envolvem esses processos.

Essa Comissão reforça a política para o ensino como de suma importância para o aprimoramento da qualidade do curso, assim como para uma melhor orientação à coordenação, tendo em vista o alcance da excelência acadêmica e a eficiência administrativa.

Conforme disposto no primeiro relatório parcial – ano de 2015, a FAC considera o desenvolvimento da pesquisa como atividade fundamental de sua proposta pedagógica e para tanto desenvolve iniciativas práticas e efetivas para fortalecer o seu desenvolvimento. Através da Portaria n.º 02/2013, foi criado o FAP – Fundo de Apoio a Pesquisa, tendo por objetivo promover atividades de fomento, apoio e incentivo à pesquisa científica, consideradas relevantes para o desenvolvimento científico, técnico, econômico e social.

No ano de 2015, através do Núcleo de Pesquisas, que tem como objetivo principal promover o desenvolvimento de pesquisas científicas nas diversas áreas de conhecimento, em consonância com os eixos traçados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, 03 (três) docentes e 04 (quatro) discentes tiveram seus projetos selecionados. O Programa de Iniciação Científica é destinado ao Corpo Docente e Discente que têm a oportunidade de submeter seus Projetos de Pesquisa para avaliação quando do lançamento dos Editais. Apesar de ser ainda tímida a participação do Corpo Docente e Discente na realização das pesquisas, a CPA considera ser este um dos pilares fundamentais do trinômio ensino, pesquisa e extensão, o que é vital para o desenvolvimento da instituição, bem como da sua

comunidade acadêmica, sendo um dos mais importantes vetores para a produção do conhecimento.

Em relação à Pós-Graduação *Lato Sensu*, no ano de 2015, não foi ofertado cursos nessa modalidade.

A Extensão constitui em qualquer Instituição de Ensino como uma das formas mais eficazes de aproximação e integração da Faculdade com a Comunidade na qual está inserida, no sentido de buscar a concretização plena dos projetos pedagógicos de seus cursos, bem como do fortalecimento de sua imagem institucional. No ano de 2015, conforme apresentado no primeiro relatório versão parcial, a FAC desenvolveu inúmeras ações extensionistas, bem como conduziu projetos.

A Faculdade Arquidiocesana de Curvelo possui como forma de apoio ao corpo discente os Programas de Iniciação Científica, já demonstrado anteriormente, e a Monitoria. Esses programas estão formalmente regulamentados, estando vinculados ao Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares. As Monitorias são oferecidas nas disciplinas que os alunos apresentam maior dificuldade ou nas disciplinas que carecem de uma maior homogeneização das turmas. Pode-se dizer que o Programa de Monitoria proporciona uma formação diferenciada ao aluno-monitor e contribui de maneira decisiva na formação dos alunos que acompanham as aulas de monitoria. Apesar dessa importância, no ano de 2015 a Faculdade não ofereceu monitoria.

Como forma de incentivo aos seus pesquisadores, a Faculdade Arquidiocesana de Curvelo contempla, em seu orçamento anual, através do FAP – Fundo de Apoio à Pesquisa, recursos que possibilitem a participação de professores e alunos em eventos qualificados de suas respectivas áreas. No ano de 2015 a Faculdade concedeu ajuda de custo na ordem de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a docentes e discentes que tiveram seus trabalhos aprovados em Congressos.

A preocupação em promover uma educação que una teoria e prática é constante na FAC. Nesse sentido, destacam-se o Núcleo de Prática Jurídica - NPJ e a FAC-Júnior – Empresa Júnior de Consultoria. O NPJ além de proporcionar uma formação prática dos discentes do Curso de Direito, ainda busca prestar um serviço de excelência nos moldes de um Escritório da Cidadania. Através da FAC-Júnior, os alunos dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis, têm condições de aplicar os diversos conhecimentos aprendidos em sala de aula, contribuindo de maneira decisiva para o crescimento da sociedade.

3.3.1.1 Processo de Avaliação: Docente e Institucional

O Processo de Avaliação Docente e Institucional é uma preocupação da Faculdade. Cumpre destacar que esse processo não se reveste de um cunho punitivo, mas sim, como uma valiosa fonte de informações gerenciais que auxiliarão o gestor em seu processo de tomada de decisão, sempre buscando o aperfeiçoamento do ambiente de ensino-aprendizagem.

No ano de 2015, a Comissão Própria de Avaliação decidiu por manter o mesmo Instrumento de Coleta de Dados utilizado no ano de 2014 por entender que o questionário anteriormente utilizado estava de acordo com os objetivos institucionais.

De acordo com o primeiro relatório parcial de Autoavaliação, os questionários foram aplicados em todas as séries dos Cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis e Direito. Importante destacar que os 2 (dois) primeiros anos dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis, a partir do ano de 2014, com a adoção da nova Matriz Curricular, passam a ser comuns, razão pela qual os alunos estão matriculados no mesmo período.

Para responder os questionários os alunos foram instruídos a atribuírem uma nota de 1 a 5, sendo 1 o valor mínimo e 5 o valor máximo. O Corpo Docente dos Cursos de Bacharelado em Administração e Ciências Contábeis obteve uma média geral de 4,13, o que demonstra seu o engajamento na construção de um Curso de qualidade.

A média geral do Corpo Docente do Curso de Bacharelado em Direito foi de 4,26, confirmando o comprometimento do Corpo Docente no desenvolvimento de um ensino de qualidade, coerente com as demandas do mercado.

Conforme visualizado no primeiro relatório parcial, somente os itens 3.4 “Horas de estudo extraclasse” e 3.6 “Houve um despertar para a pesquisa?” nos Cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis e Direito, apresentaram médias inferiores a 4.

Sendo assim, a CPA considera importante que os professores incentivem seus alunos a realizarem estudos extraclasse, bem como, incentivem a prática da pesquisa, motivando os alunos a buscarem uma formação plena.

Ao avaliar a Instituição em vários aspectos, os Discentes do Curso de Direito atribuíram uma nota média de 3,81. Os Discentes dos Cursos de Bacharelado em

Administração e Ciências Contábeis atribuíram uma nota média de 3,72. O quesito com pior avaliação junto aos discentes foi o “Laboratório de Informática”. Cumpre destacar que ao final do ano de 2015 a Faculdade realizou um investimento adquirindo novos equipamentos, indo ao encontro do solicitado pelos alunos.

Para que a Instituição alcance sua excelência é fundamental ouvir toda a comunidade acadêmica, nesse sentido, foram aplicados questionados ao Corpo Docente dos Cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis e Direito. A média geral dos quesitos avaliados foi de 3,85. Dois quesitos apresentaram médias inferiores a 3, sendo: 1,6 “Conhecimento dos cursos de pós-graduação oferecidos na faculdade” e 4,5 “Nível de ruído durante as aulas”.

3.3.2 Dimensão 4 - A Comunicação com a Sociedade

A FAC entende que para uma organização alcançar o seu sucesso é fundamental comunicar-se com seu público tanto interno como externo. Nesse sentido, conforme apresentado no primeiro relatório de Autoavaliação Institucional, a Faculdade Arquidiocesana de Curvelo se utiliza dos seguintes canais para comunicar-se internamente e externamente com a sociedade: cartazes de eventos, “folder”, propaganda volante em carro de som nas ruas da cidade, *outdoor*, propagandas em rádio, *site* e o *facebook*. Dentre os meios utilizados os mais procurados são o *site* institucional da faculdade e o *facebook* onde contém informações de eventos, dos cursos, vestibular, ações realizadas, dentre outros assuntos de interesse geral da sociedade, alunos, professores e funcionários.

Quanto à comunicação interna, a Faculdade divulga seus eventos, estágios, projetos e pesquisas, além de outras informações úteis para o bom andamento do curso através do *site*, murais, cartazes, banners e visitas em sala de aula.

Um ponto de destaque na busca da melhoria no processo de comunicação institucional foi a criação da “Ouvidoria” conforme Portaria nº 5 de 2012. A Ouvidoria configura-se como um canal condutor das opiniões, críticas, sugestões, reclamações e problemas que visa promover a garantia dos direitos dos alunos e dos funcionários concretizando, além do princípio da eficiência, os princípios da ética e da transparência nas relações com a comunidade. No ano de 2015, a Ouvidoria recebeu 32 mensagens sendo 16 referentes a dúvidas e informações, 14

reclamações e 02 sugestões. Entre as mensagens recebidas 02 foram sem identificação, 06 do público externo e 26 do corpo discente da faculdade.

3.3.3 Dimensão 9 - Políticas de Atendimento aos Estudantes e Egressos

Na busca por um processo de ensino-aprendizagem eficiente, o primeiro relatório de Autoavaliação Institucional identificou que a FAC proporciona ao corpo discente o sistema de Orientação Pedagógica através da Monitoria, em horário não conflitante com a grade horária dos cursos. Proporciona, ainda, ações regulares de apoio à participação dos acadêmicos em eventos que venham a contribuir para sua formação profissional através de seminários, encontros, visitas técnicas, etc.

O órgão de representação estudantil na Faculdade, em conformidade com as disposições regimentais é o Diretório Acadêmico “Monsenhor Paulo Vicente de Oliveira” e até o ano de 2014 encontrava-se desativado por falta de interesse do corpo discente, fato que preocupou esta CPA, uma vez que o problema foi apontado desde a CPA de 2009. No entanto, em agosto de 2015, os discentes da FAC, reativaram o Diretório Acadêmico onde foi eleita uma diretoria para o período de – segundo semestre de 2015 a 1º semestre de 2016.

São concedidas bolsas de estudo ao corpo discente, anualmente, num programa de interação social com a comunidade. São editadas Resoluções regulamentando os benefícios denominados “Desconto Família” e “Bolsa Assistencial”, bem como os prazos para os interessados se inscreverem, cujos valores e número de acadêmicos beneficiados foram citados no primeiro relatório de autoavaliação institucional – ano 2015.

A FAC conta também com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico que se efetiva através de trabalhos em salas de aula ou atendimento individual. O segundo relatório parcial de autoavaliação institucional destacou o papel desse Núcleo, reforçando a preocupação da Instituição em proporcionar ao seu Corpo Discente, Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo um ambiente propício ao aprendizado e ao trabalho.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico da FAC consiste numa ação multidisciplinar voltada para o atendimento e orientação dos acadêmicos no que tange à superação de dificuldades no processo de aprendizagem, no relacionamento interpessoal e seus distúrbios comportamentais e emocionais. A FAC tem

consciência que um profissional pleno é aquele que domina as questões técnicas de sua área de formação e possui controle de suas emoções, nesse sentido, a importância do Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

Foi verificado no primeiro relatório parcial que a FAC busca manter uma relação com seus egressos e mantém uma política de valorização dos mesmos. Alguns dos cargos na FAC, tanto na carreira Docente, quanto no Corpo Técnico-Administrativo são ocupados por egressos.

3.4 Eixo 4 – Políticas de Gestão

Nesse eixo são trabalhadas as Dimensões 5, 6 e 10. A **Dimensão 5** aborda as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho. Na **Dimensão 6** é analisada a organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios. Por fim, na **Dimensão 10** é verificada a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. Todas essas dimensões foram apresentadas e discutidas no primeiro relatório parcial de Autoavaliação Institucional.

3.4.1 Dimensão 5 - Políticas de Pessoal

Com relação às Políticas de Pessoal, a CPA utilizou a análise documental e constatou que as políticas adotadas pela FAC para as carreiras Docente e Técnico-Administrativa estão em consonância com o que está especificado nos documentos oficiais, como o PDI e o Plano de Cargos e Salários.

Com relação à composição do seu corpo docente considerando titulação e regime, no ano de 2015 a Faculdade apresentou em seu quadro, 40 (quarenta) professores, sendo 09 (nove) com o título de Especialista – 22,5%, 26 (vinte e seis) com o título de Mestre – 65% e 05 (cinco) com o título de doutor – 12,5%. Nota-se que 77,5% dos Docentes da FAC são mestres ou doutores, ficando explícita a preocupação da Instituição pelo desenvolvimento de um ensino de qualidade.

No ano de 2015 a CPA constatou que o corpo técnico-administrativo da Faculdade estava constituído por 36 (trinta e seis) empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, com carga horária semanal de 40 horas, sendo 10 (dez) destes, com curso superior completo.

A CPA verificou também a existência de políticas de qualificação do corpo técnico-administrativo da Faculdade, sendo a mesma respaldada no Plano de Carreira. Tal política consiste na concessão de subsídios para cursos externos, visando a atender a demanda e necessidades apontadas no desenvolvimento de suas funções e disponibilização de bolsas de estudo para os cursos oferecidos pela Instituição na graduação, pós-graduação e extensão.

Dentro das Políticas de Pessoal, destaca-se o programa de incentivo à qualificação docente, instituído através da Resolução n.º 04/2013, o qual concede auxílio aos professores que contarem com carga horária mínima de 8 (oito) horas/aulas e 01 (um) ano de serviço de docência na Instituição, visando sua capacitação e aprimoramento através do fornecimento de subsídios financeiros no percentual de até 50% do valor da mensalidade dos cursos de mestrado e doutorado credenciados pela CAPES.

3.4.2 Dimensão 6 - Organização e Gestão da Instituição

A administração da FAC é exercida pelos seguintes órgãos gerais: Conselho Superior; Conselho Acadêmico; Diretoria e Colegiados. Observou-se no primeiro relatório parcial de Autoavaliação Institucional que existe um controle rigoroso e eficaz com relação aos documentos de responsabilidade da Secretaria Acadêmica, mantendo-os atualizados e obedecendo a um critério técnico de arquivamento, além de ter sido comprovado que existe o nível satisfatório de rastreabilidade das informações.

Destaca-se que a relação da Faculdade com a Mantenedora através da sua Diretoria é pautada no respeito e no compromisso mútuo de desenvolvimento institucional, garantindo-lhe autonomia dos órgãos colegiados. A Mantenedora garante autonomia da Faculdade quanto às decisões relativas à condução do processo pedagógico.

3.4.3 Dimensão 10 - Sustentabilidade Financeira

Através do primeiro relatório parcial de Autoavaliação Institucional, foi possível identificar a austeridade e responsabilidade com que a Dimensão Financeira é abordada na Instituição, para efeito de exemplo, tanto no período avaliado, tanto em períodos anteriores, nunca foi registrado na Instituição atrasos de pagamentos de funcionários e docentes, bem como recolhimentos das obrigações por parte da empregadora.

Merece destaque a qualidade dos controles financeiros existentes na Faculdade, sendo o processo padronizado, conduzido por profissional regularmente habilitado e em consonância com a legislação vigente.

3.5 Eixo 5 – Infraestrutura Física

A Infraestrutura Física foi trabalhada no primeiro relatório parcial de Autoavaliação Institucional. Nesse sentido, foi destacado o imóvel próprio da Instituição constituído de 03 (três) pavimentos. Observou-se que as instalações da FAC possuem acessibilidade e atendem de maneira adequada aos seus propósitos.

A Biblioteca “Monsenhor Paulo Vicente de Oliveira”, possui um sistema de gerenciamento das informações o que facilita o acesso de seus usuários. Todos os anos são realizados investimentos com a aquisição de novos exemplares. No ano de 2015 houve um investimento na ordem de R\$ 16.932,40 (dezesesseis mil, novecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos), com a aquisição de livros para seus cursos, confirmando o compromisso da instituição com uma educação de qualidade. Cumpre destacar que a FAC também conta com uma Biblioteca Virtual, onde o aluno tem acesso a vários materiais online.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

Esse capítulo apresenta uma análise geral dos dados obtidos em cada uma das dimensões apresentadas em seus respectivos eixos, conforme primeiro e segundo relatórios parciais de Autoavaliação Institucional – ano 2015.

4.1 Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

4.1.1 Análise da Dimensão 8

O processo de Planejamento e Avaliação Institucional deve ser discutido e concebido por toda a comunidade acadêmica, garantindo assim o seu papel democrático. Todas as ações realizadas pela Instituição devem ser direcionadas para a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a CPA reafirma o seu entendimento expresso no primeiro relatório parcial, confirmando a existência da integração do PDI com o processo de Autoavaliação Institucional. Cumpre destacar que todas as recomendações feitas pelas CPA's anteriores foram objetos de discussões junto à Direção que busca analisar a pertinência de cada uma delas em relação ao seu objetivo institucional expresso no PDI.

Dessa forma, esta CPA percebe a abertura da Direção diante das recomendações realizadas, bem como, seu compromisso pela construção de um ensino de qualidade.

4.2 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

4.2.1 Análise da Dimensão 1

Conforme dispõe o primeiro relatório parcial, a Comissão Própria de Avaliação observa que a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade se encontram em consonância com o contexto social e econômico da região, com adequabilidade aos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Neste ponto, destaca-se a busca constante de novas práticas pedagógicas, exigindo de seu Corpo Docente um

aprimoramento contínuo. Como exemplo, cita-se a adoção da Matriz Curricular Modular para os Cursos de Administração e Ciências Contábeis.

Nota-se uma divisão clara nos papéis do NDE, Colegiado e CPA no sentido de atribuição de responsabilidades. Essa divisão possui um caráter positivo, uma vez que, facilita a condução dos trabalhos com foco nos objetivos organizacionais.

4.2.2 Análise da Dimensão 3

A Comissão Própria de Avaliação, conforme apresentado no primeiro relatório – versão parcial avalia as práticas desenvolvidas pela Faculdade no tocante à Responsabilidade Social junto à Comunidade como satisfatórias. Os diversos eventos realizados reafirmam a responsabilidade da FAC com a comunidade na qual está inserida.

Destaca-se também a política de concessão de bolsas, os convênios com várias instituições para a realização de estágio o que possibilita uma sólida interação social com a comunidade, e contribui para a transformação social e econômica dos beneficiados pelo processo.

4.3 Eixo 3: Políticas Acadêmicas

4.3.1 Análise da Dimensão 2

Diante do apresentado pelo primeiro e segundo relatórios parciais – ano de 2015, esta CPA entende que a criação do FAP alavancou o desenvolvimento das Pesquisas na Instituição, apesar de os números ainda serem bastante tímidos. Mais uma vez esta CPA destaca a necessidade de os professores incentivarem seus alunos a serem pesquisadores, protagonistas de seu processo de formação.

Outro fator de destaque é a oferta de Cursos de Pós-Graduação. Apesar das dificuldades no lançamento de Cursos é importante que a instituição busque meios de se desenvolver também na oferta de Especialização.

Por fim, esta CPA reforça a necessidade do constante diálogo do Colegiado do Curso com os professores na construção de um ensino contextualizado e de qualidade. Cumpre destacar que além da formação profissional e cidadã os alunos necessitam estar preparados para os exames de proficiência, como no caso dos

Cursos de Ciências Contábeis e Direito, bem como para a realização do ENADE, demonstrando a importância do desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes com as demandas atualmente apresentadas.

4.3.2 Análise da Dimensão 4

Conforme analisado por esta comissão no primeiro relatório, a CPA reforça a importância do fortalecimento do processo de comunicação com a sociedade. Destaca-se nessa Dimensão o papel da Ouvidoria, um canal condutor das opiniões, críticas, sugestões, reclamações e problemas que tem por objetivo a garantia dos direitos dos alunos, funcionários e população em geral, concretizando, além do princípio da eficiência, os princípios da ética e da transparência nas relações com a comunidade.

4.3.3 Análise da Dimensão 9

Conforme abordado nos relatórios parciais de 2015, essa CPA considera extremamente relevante o Apoio Psicopedagógico, bem como o oferecimento da Monitoria. Apesar de a Monitoria não ter sido ofertada no ano de 2015, a CPA sugere aos Coordenadores dos Cursos uma análise sobre a questão.

A reativação do Diretório Acadêmico no segundo semestre do ano de 2015 merece destaque, bem como a retomada das ações da Empresa Júnior, um importante instrumento de prática para os alunos.

A valorização dos egressos é notória, uma vez que, alguns dos funcionários da casa (Docentes e membros do Corpo Técnico-Administrativo) são ex-alunos.

4.4 Eixo 4: Políticas de Gestão

4.4.1 Análise da Dimensão 5

A CPA detectou no primeiro relatório parcial de 2015, que as Políticas de Pessoal são adequadas. O Corpo Docente é composto em sua maioria por mestres e doutores e 27,78% do Corpo Técnico-Administrativo possui Curso Superior.

Nesta Dimensão, merece destaque a Política de Desenvolvimento do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo, seja através de auxílio financeiro ou concessão de bolsas nos cursos oferecidos pela FAC.

4.4.2 Análise da Dimensão 6

Através do primeiro relatório, a CPA teve condições de detectar a preocupação da FAC com a Gestão da Informação. Os arquivos são organizados, as informações facilmente rastreáveis, o que garante a eficiência no desenvolvimento dos processos organizacionais.

Um ponto de destaque é a autonomia concedida à FAC pela Mantenedora na construção das políticas didático-pedagógica e administrativa da Faculdade.

4.4.3 Análise da Dimensão 10

No que tange à sustentabilidade financeira, conforme verificado no primeiro relatório, a FAC possui um controle extremamente eficiente através de indicadores, o que permite à Direção uma maior tranquilidade no processo de tomada de decisão, na busca da construção dos objetivos organizacionais.

4.5 Eixo 5: Infraestrutura Física

4.5.1 Análise da Dimensão 7

Conforme demonstrado no primeiro relatório parcial, para a Comissão Própria de Avaliação é inquestionável a qualidade da infraestrutura da Faculdade, merecendo destaque a manutenção e limpeza, organização, mobiliário, o espaço físico e a qualidade no acabamento do imóvel. Destaca-se também o nível de profissionalismo e o comprometimento dos funcionários do corpo Administrativo da Instituição.

Destaca-se ainda a preocupação da FAC com a manutenção de sua qualidade, o que pode ser visualizado pelo investimento contínuo em obras para a Biblioteca.

5 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Este relatório foi construído em torno dos cinco eixos, conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065 de 09/10/2014 e apresenta uma análise dos dois relatórios parciais do ano de 2015 entregues em março/2016 e março/2017.

Os eixos contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 que institui o SINAES. A CPA considera essas dez dimensões como fundamentais para a construção de um processo de ensino-aprendizagem coerente com a atual realidade: competitiva e dinâmica.

Através da análise de cada uma das dimensões distribuídas pelos cinco eixos e das informações apresentadas no primeiro e segundo relatórios parciais do ano de 2015, esta CPA sugere à Direção que sejam desenvolvidas ações pontuais:

Dimensão 1:	Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
Ação:	Criação do Curso de Tecnólogo e Curso de Pós-Graduação.
O que será feito?	Formar uma Comissão de Professores.
Quando será feito?	Após deliberação do Conselho Superior.
Onde será feito?	Na FAC.
Por que será feito?	Para estudar a viabilidade de abertura de um curso de Tecnólogo, bem como o Curso de Pós-Graduação.
Quem o fará?	Conselho Superior e Conselho Acadêmico.
Como será feito?	Através de estudos e análise do mercado.

Dimensão 2:	Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
Ação:	Incentivar o desenvolvimento de pesquisas pelo Corpo Discente e Docente.
O que será feito?	Ações da Coordenação de Pesquisa junto aos Coordenadores de Curso demonstrando a importância das publicações na formação profissional.
Quando será feito?	Imediatamente.
Onde será feito?	Na FAC.
Por que será feito?	Para aumentar o número de publicações científicas.
Quem o fará?	A Coordenadora de Pesquisa.
Como será feito?	Através de reuniões.

Dimensão 2:	Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
Ação:	Desenvolver ações extensionistas nas disciplinas.
O que será feito?	A Coordenação de Extensão irá analisar junto aos professores de cada curso ações extensionistas que podem ser desenvolvidas na disciplina.
Quando será feito?	Imediatamente.
Onde será feito?	Na FAC.
Por que será feito?	Para demonstrar ao aluno a conexão teoria-prática, bem como aproximar a FAC da comunidade.
Quem o fará?	A Coordenadora de Extensão.
Como será feito?	Através de reuniões e análise dos projetos pedagógicos de cada curso.

Dimensão 3:	Responsabilidade Social da Instituição
Ação:	Promover ações perenes de Responsabilidade Socioambiental.
O que será feito?	Através da Coordenação de Extensão, serão desenvolvidos Projetos que tenham como objetivo principal a promoção da Responsabilidade Socioambiental. .
Quando será feito?	Imediatamente.
Onde será feito?	Na FAC.
Por que será feito?	Para demonstrar aos alunos e a toda a comunidade acadêmica a importância das ações de responsabilidade socioambiental na formação de uma sociedade mais justa e solidária.
Quem o fará?	A Coordenadora de Extensão junto aos Coordenadores de Cursos e de Pesquisa.
Como será feito?	Através da elaboração de Projetos.

Dimensão 4:	Comunicação com a Sociedade
Ação:	Canais de Comunicação.
O que será feito?	Analisar a efetividade do processo de Comunicação da FAC.
Quando será feito?	Após deliberação da Direção.
Onde será feito?	Na FAC.
Por que será feito?	Para verificar se o processo de comunicação da FAC está atingindo ao objetivo proposto.
Quem o fará?	O Departamento de Tecnologia da Informação.
Como será feito?	Através de pesquisas e análises de acesso das mídias sociais.

Dimensão 5:	Políticas de Pessoal
Ação:	Políticas de Pessoal.
O que será feito?	Analisar a carga horária dos professores.
Quando será feito?	Após deliberação da Direção.
Onde será feito?	Na FAC.
Por que será feito?	Para que a Instituição tenha conhecimento da carga horária exata de cada professor ao longo de todos os semestres dos cursos.
Quem o fará?	O Departamento de Recursos Humanos.
Como será feito?	Através de reuniões com os Coordenadores dos Cursos e análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Dimensão 6:	Organização e Gestão da Instituição
Ação:	Gestão da Informação.
O que será feito?	Manter o padrão de rastreabilidade dos documentos e informações.
Quando será feito?	Continuamente.
Onde será feito?	Em todas as secretarias da FAC.
Por que será feito?	Para manter o padrão de eficiência das ações.
Quem o fará?	Todos os secretários.
Como será feito?	Através de mecanismos de catalogação e identificação de dados e informações.

Dimensão 7:	Infraestrutura Física
Ação:	Infraestrutura – Segurança.
O que será feito?	Desenvolver ações que promovam uma sensação de segurança entre o Corpo Docente, Discente e Corpo Técnico-Administrativo.
Quando será feito?	Imediatamente.
Onde será feito?	Na FAC.
Por que será feito?	Para garantir a permanência de um ambiente saudável de ensino-aprendizagem.
Quem o fará?	A Vice-Direção.
Como será feito?	Através de estudos sobre as melhores ações a serem implantadas na busca por maior segurança dentro da Faculdade.

Dimensão 8:	Planejamento e Avaliação
Ação:	Aprimorar o processo de Autoavaliação Institucional.
O que será feito?	Será realizada uma pesquisa junto à comunidade.
Quando será feito?	Segundo semestre de 2018.
Onde será feito?	Junto às empresas e demais instituições de Curvelo .
Por que será feito?	Para verificar a imagem da instituição junto à sociedade.
Quem o fará?	A CPA.
Como será feito?	Através da aplicação de questionários.

Dimensão 9:	Política de Atendimento aos Discentes
Ação:	Oferta de Monitorias.
O que será feito?	Analisar a demanda de monitorias junto aos Cursos.
Quando será feito?	Imediatamente.
Onde será feito?	Junto aos Colegiados dos Cursos.
Por que será feito?	Para auxiliar os alunos no desenvolvimento do curso.
Quem o fará?	Os Coordenadores de Cursos.
Como será feito?	Através de reuniões com os líderes de turma.

Dimensão 10:	Sustentabilidade Financeira
Ação:	Sustentabilidade Financeira.
O que será feito?	Analisar os controles financeiros utilizados pela instituição.
Quando será feito?	Após deliberação do Conselho Superior.
Onde será feito?	No Departamento Financeiro.
Por que será feito?	Para aperfeiçoar ainda mais os controles/indicadores financeiros utilizados pela FAC.
Quem o fará?	O responsável pelo Departamento Financeiro.
Como será feito?	Através da análise da eficiência de cada controle/indicador financeiro.

A Versão Integral do Relatório de Autoavaliação Institucional – ano 2015, demonstra os avanços da instituição, bem como os pontos que ainda precisam ser aperfeiçoados, buscando sempre o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

A FAC tem consciência que a excelência na oferta de seus serviços somente será atingida através do exercício constante da autoavaliação e da busca de seu

autoconhecimento organizacional. Nesse sentido, todo esse processo possui grande relevância para a construção de uma educação superior de qualidade.

REFERÊNCIAS

MANUAL DE NORMAS TÉCNICAS DA FAC: Padrão de normas técnicas para apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e monografias. Biblioteca “Monsenhor Paulo Vicente de Oliveira”. Curvelo: FAC, 2013. Disponível em: <http://www.fac.br/home/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=259>. Acesso em 27 de março de 2014.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI. Curvelo: FAC, 2013.

RELATÓRIO FINAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2014. Curvelo: FAC, 2014.

RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2015. Curvelo: FAC, 2016.

RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2015. Curvelo: FAC, 2017.

SENGE, Peter M. **A Quinta Disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. 5.ed. São Paulo: Best Seller, 1990.